

RESOLUÇÃO Nº 20 de 29 de agosto de 2024.

Dispõe sobre as regras e os procedimentos relacionados à operação da segunda fase do Programa VaiVem no âmbito do Serviço Regular de Transporte de Passageiros Metropolitano, da Região Metropolitana de Fortaleza.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ – ARCE, no uso das atribuições que lhes conferem os artigos 8º, inciso XV, e artigo 11 da Lei Estadual nº 12.786, de 30 de dezembro de 1997, o artigo 3º, inciso XII, do Decreto Estadual nº 25.059, de 15 de julho de 1998;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 18.628, de 18 de dezembro de 2023, que Institui o Programa VaiVem Livre no âmbito do Serviço Regular de Transporte Metropolitano da Região Metropolitana de Fortaleza e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos I e III, do § 1º, do art. 63, da Lei Estadual nº 13.094, de 12 de janeiro de 2001, e suas alterações, que rege o sistema de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado do Ceará;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 29.687, de 18 de março de 2009, e suas alterações, que aprovou o regulamento dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros estadual;

CONSIDERANDO o Decreto nº 35.787, de 18 de dezembro de 2023, que regulamenta o programa VaiVem Livre Ceará no âmbito do serviço regular de transporte metropolitano, da Região Metropolitana de Fortaleza.

CONSIDERANDO constituir referido Programa relevante política pública de garantia ao cidadão, especialmente aquele mais vulnerável, do acesso a um sistema de transporte seguro e gratuito, que permita o deslocamento para o acesso a serviços essenciais e para a busca de emprego com tarifa subsidiada pelo Poder Público;

CONSIDERANDO a necessidade de se conferir plena aplicabilidade à Lei nº 18.628, de 18 de dezembro de 2023, e ao Decreto nº 35.787, de 18 de dezembro de 2023, estabelecendo principalmente as regras operacionais necessárias à implementação do Programa VaiVem Livre;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinamento da segunda fase do funcionamento do Programa VaiVem Livre;

RESOLVE:



CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A presente resolução estabelece as regras e os procedimentos relacionados à implementação e operação da segunda fase do Programa

VaiVem Livre e relativos à continuidade e manutenção de todo o Programa no âmbito dos serviços metropolitanos de transporte de passageiros a que se refere o artigo 3º, inciso II, do Decreto nº 35.787, de 18 de dezembro de 2023.

Art. 2º. A segunda fase abrange trabalhadores que estejam desempregados, a partir de janeiro de 2023, sejam beneficiários do Bolsa Família e residentes na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), que busquem emprego em um município da RMF diferente do seu município de residência.

Parágrafo Único. Cada família beneficiada pelo Bolsa Família poderá cadastrar até no máximo 2 (duas) pessoas no Programa VaiVem Livre.

CAPÍTULO II - DA GESTÃO DO PROGRAMA VAIVEM LIVRE

Art. 3º. A ARCE celebrará acordo de cooperação com a Secretaria do Trabalho do Estado do Ceará para compartilhamento do banco de dados gerenciado pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT).

§1º. A SET, por meio do IDT, enviará diariamente à ARCE e ao DETRAN os dados contendo o cadastro dos trabalhadores desempregados aptos à percepção do benefício e que se manifestaram pelo desejo de participar do programa.

Art. 4º. O envio de informações do IDT para a Arce e para o DETRAN/CE se dará de forma *on line* por meio a ser definido entre as partes e de maneira compatível com arquitetura e banco de dados da Arce e do DETRAN/CE.

CAPÍTULO III – DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO

Art. 5º. Os trabalhadores desempregados terão direito ao benefício de 10 (dez) bilhetes por mês, não cumulativos, para serem utilizados exclusivamente nas linhas que fazem parte do serviço metropolitano, nos dias úteis e somente no período entre 8h (oito horas) e 16h (dezesesseis horas).

Art. 6º. O benefício será concedido pelo período de até 6 (seis) meses consecutivos de desemprego.

Art. 7º. Os trabalhadores que atendam aos requisitos definidos no artigo 2º deverão se dirigir às unidades de atendimento do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) munidos de documento de identidade, CPF e documentação comprobatória de sua situação para solicitar o Cartão Eletrônico VaiVem Livre, a ser utilizado no Sistema de Bilhetagem Eletrônica.

Art. 8º. Por ocasião do cadastramento, o IDT coletará os dados de biometria do trabalhador desempregado, ocasião em que este indicará o posto do DETRAN no qual deseja receber o Cartão Eletrônico VaiVem Livre.

Parágrafo único. O *site* oficial da ARCE fornecerá ao usuário, em consulta individual por CPF, as informações relativas ao estágio de confecção do Cartão, a fim de que, estando pronto para entrega, possa recebê-lo no posto do DETRAN escolhido.

Art. 9º. Ultrapassado o período definido no artigo 6º, o trabalhador desempregado poderá solicitar novamente o benefício, desde que continue a atender aos critérios definidos no artigo 2º.

Parágrafo único. Para a renovação do benefício, o trabalhador desempregado manterá em sua posse o cartão já fornecido.

Art. 10. O beneficiário do Programa VaiVem Livre terá cessado o direito ao benefício ao final do prazo de seis meses ou no mês seguinte àquele em que obtiver emprego formal.

Art. 11. Caso o cartão do Programa VaiVem seja perdido, roubado ou furtado, o requerente deverá requerer emissão ao ARCE de nova via, portando Boletim de Ocorrência (BO), para que seja bloqueada a 1ª (primeira) via do cartão e solicitada a 2ª (segunda) ou vias posteriores.

CAPÍTULO IV – DO SUBSÍDIO POR PASSAGEIRO TRANSPORTADO

Art.12. Até que finalizado o processo licitatório e procedida a contratação dos serviços de transporte na forma do art. 1º do Decreto nº 35.787, de 18 de dezembro de 2023, os operadores serão compensados por cada passageiro transportado.

§1º. O subsídio mencionado no caput deste artigo corresponde ao valor da tarifa de remuneração vigente de acordo com os anéis tarifários e estabelecidas por resolução do Conselho Diretor da ARCE.

§2º. As transportadoras ficam obrigadas a disponibilizar diariamente à Arce os dados operacionais registrados no conjunto catraca/validador, e aqueles relacionados aos cartões operacionais, de forma individualizada e global, além de outras informações e dados que se fizerem necessários ao efetivo acompanhamento da operação.

§3º. Os dados deverão ser disponibilizados a Arce em plataforma eletrônica. Caso a transportadora não envie os dados operacionais, não será emitido relatório de pagamento do subsídio.

§4º. Os valores de tarifas que não constam nas Ordens de serviços emitidas pela Agência e em vigor não serão considerados para pagamento do subsídio.

Art.13. Para fins de pagamento do subsídio, o passageiro considerado será aquele que seja possível aferir a comprovação através de registro eletrônico com a identificação por tipo de cartão (VaiVem Livre), número do cartão,

matrícula, “id” ou campo similar, que deverá ser encaminhado por sistema ou solução tecnológica que garanta o recebimento, diariamente, das informações de passageiros transportados diretamente do banco de dados do Sistema de Bilhetagem utilizados pelas transportadoras, sem que haja tratamento ou manipulação.

Parágrafo único. Não serão considerados dados encaminhados por relatório, declaração dos operadores ou outro meio, mesmo que eletrônico que não atenda ao “caput” do presente artigo.

Art.14. Finalizado o processo licitatório e nas áreas onde os contratos correspondentes estiverem firmados, as ordens de serviço emitidas e as empresas e cooperativas licitadas operando, o Programa VaiVem Livre não será executado com o pagamento de subsídio por cada beneficiário transportado, já prevendo o contrato a remuneração das transportadoras pelo serviço prestado (quilômetro percorrido), independentemente do número de passageiros transportados, das gratuidades ou descontos que atribuídos no serviço.

Parágrafo primeiro. As operadoras de transportes, diante de quaisquer contingências operacionais que inviabilizem a leitura dos cartões, ficam obrigadas a transportar o passageiro beneficiário do Programa VaiVem Livre mediante verificação visual do cartão apresentado pelo seu portador.

Parágrafo segundo. A forma de pagamento e as demais questões referentes ao novo contrato estão previstas nos editais, contratos e em resoluções específicas a serem publicadas pela ARCE.

CAPÍTULO V – DO RELATÓRIO DO SUBSÍDIO

Art.15. No caso de remuneração por passageiro transportado, a Coordenadoria de Transportes emitirá, mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, relatório com o valor do subsídio totalizado, de maneira global e detalhado por transportadora.

§1º. Para o relatório de subsídio por passageiro, constará a quantidade de passageiros transportados considerados e devidamente comprovados que utilizaram o cartão VaiVem Livre.

§2º. O relatório será gerado com dados enviados para Arce até o 1º (primeiro) dia do mês, sendo considerados somente no próximo relatório os dados enviados posteriormente à referida data.

§3º. Para emissão do relatório e pagamento do subsídio, serão consideradas apenas as transportadoras e veículos devidamente cadastrados na Agência,

autorizados a participar do Programa e que atendam às Ordens de Serviço vigentes, sendo desconsiderados registros não autorizados pela Arce.

CAPÍTULO VI – DA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA

Art.16. As transportadoras devem dispor de sistemas de segurança necessários para garantir a integridade do programa de subsídio, a identificação dos beneficiários, o armazenamento e o envio dos registros relativos aos passageiros transportados beneficiados com o subsídio tarifário.

§1º. O sistema referido no “caput” deste artigo deve ser certificado conforme os padrões auditáveis, visando garantir transparência e eficiência nos processos de cálculo, acompanhamento e distribuição do valor do subsídio, baseando-se nos serviços efetivamente prestados, de modo a permitir à ARCE acesso irrestrito a todas as informações relacionadas à operação do serviço, incluindo dados operacionais, de uso e registros transmitidos por equipamentos embarcados, como validadores, assegurando, assim, a transparência e eficácia na gestão do subsídio tarifário.

§2º. A transportadora deve implementar, em um prazo de até 6(seis) meses, a contar da publicação desta Resolução, sistema de vídeo monitoramento em todos os veículos que realizarem viagens no transporte metropolitano da RMF, de modo a registrar imagens em tempo real durante toda a viagem, bem como sistema de biometria.

§3º. A disposição das câmeras no veículo de que trata o parágrafo anterior deverá garantir que seja possível visualizar o embarque e desembarque dos passageiros e o corredor do veículo.

§5º. O sistema de biometria deverá capturar a imagem facial dos passageiros no momento da validação para a detecção de biometria dos passageiros.

§6º. O sistema de biometria deve identificar fraudes e possibilitar bloqueio de cartões de forma *off line* evitando o constrangimento durante a operação;

§7º. Os dados de monitoramento e as fotos de biometria devem ser armazenados por um período de 6 (seis) meses e, durante esse período, podem ser solicitados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce).

§7º. O não encaminhamento dos vídeos e imagens, quando solicitado, ou a identificação de divergência entre o número de passageiros informado e o verificado pelas imagens, implicará abertura de processo administrativo punitivo.

CAPÍTULO VII – DO SISTEMA DE AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA

Art. 17. Os cartões do VaiVem Livre e os respectivos chips SAM serão produzidos pelo DETRAN/CE por meios próprios ou por meio de contratação

de terceiros, conforme termo de cooperação técnica firmado entre ARCE e DETRAN/CE.

Art. 18. Os validadores das empresas e cooperativas deverão ser preparados para a leitura dos cartões e posterior encaminhamento das informações de forma remota cujo procedimento e meios serão estabelecidos entre as partes.

Art. 19. As informações serão enviadas para a Arce diretamente e *online* por meio de *endpoint* configurado previamente e devidamente homologado nos validadores ou por transmissão de dados de forma manual, usando o mesmo meio da operadora proprietária do validador, porém de forma criptografada e com chave própria.

CAPÍTULO VIII - DAS SANÇÕES AOS USUÁRIOS

Art. 20. A constatação de adulteração, violação, fraude de qualquer natureza ou o uso indevido do cartão da gratuidade, por meio de apuração analítica através do sistema de biometria ou, ainda, a partir de qualquer instrumento de fiscalização eletrônica, inclusive daquelas que decorrem do poder de polícia, nos termos dos artigos 15 e 16, do Decreto Estadual nº 32.137/2017, acarretará ao seu titular a aplicação das seguintes sanções administrativas aplicadas pelo órgão gestor:

I – Suspensão do benefício, na primeira ocorrência, até que seu titular ou representante legal apresente solicitação de desbloqueio, em formulário próprio.

II – Em caso de reincidência, aplicar-se-á a pena de cassação do benefício por 3 (três) meses, a contar da data do bloqueio do cartão.

III – Em caso de segunda reincidência, aplicar-se-á o cancelamento definitivo do benefício, conforme previsto no art. 15 do Decreto Estadual nº 32.137/2017.

§ 1º Os operadores de transportes ficam autorizados a realizar o recolhimento do cartão da gratuidade no caso de verificação de adulteração, violação, utilização por terceiros, fraude de qualquer natureza ou o uso indevido pelo beneficiário.

§ 2º A aplicação dessas sanções administrativas não violará o direito de locomoção do usuário, que poderá utilizar o serviço de transporte público por outros meios de pagamento da tarifa pública, seja através de crédito eletrônico de outros cartões utilizáveis no referido serviço, seja através de moeda corrente.

§ 3º Na aplicação das sanções previstas neste artigo será garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório, por meio de formulário próprio a ser apresentado por seu titular ou representante legal, que será objeto de deliberação pela ARCE.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. As dúvidas suscitadas na aplicação desta Resolução serão resolvidas pelo Conselho Diretor desta Agência.

Art. 22. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

João Gabriel Laprovítera Rocha
Presidente do Conselho Diretor da Arce

Jardson Saraiva Cruz
Conselheiro Diretor

Matheus Teodoro Ramsey Santos
Conselheiro Diretor

Francisco Rafael Duarte Sá
Conselheiro Diretor

Rafael Maia de Paula
Conselheiro Diretor

Kamile Moreira Castro
Conselheira Diretora